



Editorial

Editorial

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terça-feira dia 24 de abril 2007, proposto pelo Ministro da Educação Fernando Haddad é o mais importante instrumento de desenvolvimento da educação escolar brasileira na história recente do País. Em vista do lançamento do PDE, educadores e outros intelectuais envolvidos com a educação nacional, têm analisado positivamente e emitido algumas críticas dignas de atenção. Para alguns educadores, o PDE deixou na penumbra um componente indispensável de uma educação escolar de vanguarda: a cultura no sentido mais completo — ciência, literatura, teatro, música e poesia. Para outros, o PDE é tímido no incentivo à expansão de escolas de tempo integral, uma das maneiras de identificar as novas gerações com a cultura nacional e seus modos de expressão. Há também a expectativa de uma carreira docente que contemple a formação, a qualificação, a produção intelectual e a dedicação ao ensino e à escola. É importante lembrar também que o PDE, estabelecendo um vínculo entre os diversos níveis da educação escolar como exigência da nação, destrói a idéia de que a atenção à educação básica deveria implicar em abandono da educação superior, como foi feito em governos anteriores. Um outro dado, entretanto, precisa ser evidenciado: o fortalecimento, nas universidades, da estrutura acadêmica responsável pela política de formação de professores, os Centros Acadêmicos de Educação e a criação de programas de formação continuada para professores da educação básica. Para o Rio Grande do Norte anuncia-se como prioridade do PDE, a instalação de 6 (seis) Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET) nas cidades de Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz, representando para os norte-rio-grandenses a possibilidade de reduzir as desigualdades regionais e o desenvolvimento cultural sustentado.

O Conselho Editorial da *Revista Educação em Questão*, festeja o PDE e espera que o Ministério da Educação (MEC) o tenha como um instrumento de políticas públicas, capaz, portanto, de incorporar expectativas e demandas não contempladas na sua formulação inicial.

Marta Maria de Araújo
Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade
Conselho Editorial da Revista Educação em Questão